

EVOLUÇÃO DA PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE ACTIVIDADES DE NUTRIÇÃO EM MOÇAMBIQUE (2010-2019)

“A Desnutrição crónica deve ser vista como uma emergência nacional, e por isso prioridade de governação para melhorar o índice de desenvolvimento humano no país”



1. Moçambique apresenta taxas elevadas de desnutrição crónica em crianças menores de cinco anos, com 43% (SETSAN, 2013); a adicionar, 60% dos adultos moçambicanos sofreram de desnutrição crónica quando crianças (SETSAN, Estudo da Fome 2017).



2. Estas taxas de desnutrição estão associadas a perdas de cerca de 11% do PIB nacional (SETSAN, Estudo da Fome 2017).



3. Várias políticas foram tomadas pelo Governo ao longo dos anos, desde a aprovação da primeira Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN I) em 1998, o Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC, 2010), incluindo a criação do CONSAN em 2018. Passando pelo PQG (2015-2019) que previa reduzir a taxa de desnutrição crónica dos actuais 43% até os 35% em 2019.



4. Apesar de aprovado em 2010, a execução efectiva do PAMRDC ao nível do Orçamento do Estado só teve o seu início em 2013.



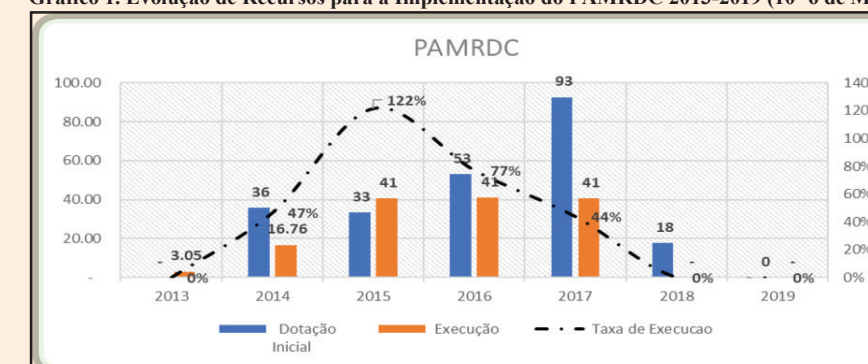
5. No período de 2010 a 2019, só foi atribuído cerca de 0,013% das Despesas Totais do Orçamento do Estado para a implementação do PAMRDC. Para 2019 o orçamento programado para o PAMRDC é de pouco menos que 1 milhão de MT.



6. Este nível da alocação orçamental destinado ao combate a desnutrição, não atinge a média de um por cento (1%) do total do orçamento do Estado, estando abaixo do valor recomendado pelo Banco Mundial que é de \$10 por criança por ano, o que corresponde a cerca de 1,1% do Orçamento do Estado.

7. Dados financeiros das Contas Gerais do Estado apontam que de 2013 a 2017 houve um esforço do Governo em canalizar recursos para o combate a desnutrição crónica no país, expresso pelos níveis de execução orçamental deste período. Nos períodos subsequentes verificou-se uma redução vertiginosa dos níveis de dotação financeira do PAMRDC.

Gráfico 1. Evolução de Recursos para a Implementação do PAMRDC 2013-2019 (10⁶ de MT)



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da CGE (2014-2017), e-SISTAF (2014-2017), dados preliminares para 2018 e 2019



8. A retirada do apoio directo ao orçamento do Estado fez com que surgisse uma nova abordagem de apoio ao PAMRDC, que orientou a execução de recursos para modalidade “off budget” e “off cut”, onde maior parte dos recursos destinados para implementação do PAMRDC, provêm de recursos externos tornando a mensuração destes mais complexa.

DESTA FORMA NÃO ALCANÇAREMOS OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATÉ 2030!